



Vol. I nº 1 jan./jun. 2006

p. 189-192

UMA PALAVRA SOBRE A PRESCRIÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Silvana de Araújo Vailões¹

Orientadora: Aparecida Feola Sella²

Quando pensamos ou falamos em aulas de português, aulas de gramática refletimos a respeito do papel do professor diante das dificuldades apresentadas pelos alunos no processo de aquisição de uma dada norma. O aprendizado envolve maneiras, formas de perceber a linguagem, o que implica diferentes maneiras de percebê-la. As concepções de linguagem que serão aqui estudadas são três, as quais compreendem a *concepção normativista*, a *concepção descritivista* e a *concepção sócio-interacionista*.

A concepção normativista da linguagem é aquela que compreende os estudos repassados pela gramática tradicional, e que, ainda, é abordada pelo professor em suas aulas de língua portuguesa sem uma reflexão devida. A gramática tradicional baseia-se, normalmente, em ocorrências da norma padrão, não considerando a língua como produto de interação, nem tampouco valorizando as outras variedades lingüísticas. A concepção descritivista enfoca a forma como uma variedade da língua é estruturada. De acordo com Travaglia (2000:32), a concepção descritivista

descreve e registra para uma determinada variedade da língua em um dado momento de sua existência (portanto numa abordagem sincrônica), as unidades e categorias lingüísticas existentes, os tipos de construção possíveis e a função desses elementos, o modo e as condições de uso dos mesmos. Portanto a gramática descritiva trabalha com qualquer variedade da língua e não apenas com a variedade culta e dá preferência para a forma oral desta variedade. Podemos, então, ter gramática descritiva de qualquer variedade da língua.

Assim, verificamos que o estudo da estruturação da língua pode acontecer com relação a todas as variedades lingüísticas, visando a interpretar e entender melhor os funcionamentos de determinados mecanismos lingüísticos.

A concepção sócio-interacionista trabalha com a noção de que o indivíduo já possui seus próprios mecanismos, dominando as regras pré-estabelecidas para se comunicarem. A linguagem é vista como produto de interação, de forma que, segundo Geraldi (1985:43), “o falante age sobre o ouvinte, constituindo compromissos e vínculos (...)”; assim, todo o conhecimento prévio que o falante de língua materna

possui incide em seus enunciados, e considerando que ele sempre se comunicou por meio dessa variedade, que não é a padrão, há possibilidades de aceitação para sua variedade lingüística.

No âmbito do ensino, parece que existe a cultura de optara-se por uma ou outra concepção. Alguns optam por ensinar gramática normativa, fazendo prescrições, utilizando materiais de autores que trazem resquícios de filologia, como Almeida (1992), que trabalha conceitos já inadequados à funcionalidade da língua.

A gramática normativa apresenta conceitos, dita normas, regras, formas de falar e escrever bem; no entanto, os estudos realizados pela gramática tradicional a respeito da língua não apreciam, nem mesmo, as diversas ocorrências orais da norma culta. A gramática transforma os estudos estruturais da variedade padrão em regras que devem ser seguidas, sendo esta variedade colocada como o modelo ideal. É possível citar vários exemplos presentes na gramática normativa, no entanto, em Almeida (1992), todos os estudos realizados apontam para uma descrição da língua como norma padrão, que deve ser respeitada e seguida como lei, a qual nunca pode ser infringida; Almeida (1992:432), quando explica os adjuntos adverbiais, diz

É desanimador o que se está passando em alguns colégios e até em faculdades; desastrosamente, para o português e principalmente para o latim, andam ensinando que o verbo *ir* e outros são transitivos indiretos porque, dizem, vêm com complemento antecedido de preposição. Não! Isso é um atentado à sintaxe. Ensinar isso é não saber o que é regência verbal nem em latim nem em português; teria graça ensinar que há dois objetos indiretos na oração “Foi do Rio para Recife”; e se tivesse “Foi do Rio para Recife por Belo Horizonte”? Não temos aí objetos mas adjuntos adverbiais de lugar: de lugar donde, de lugar para onde e de lugar por onde.

Contudo, estudos propostos por Vilela (1986) explicitam que verbos de movimento solicitam um complemento de lugar. Ou seja, podemos perceber o quanto são excludentes e prescritivas as noções trabalhadas pela gramática tradicional, já que, além de realizar o estudo estrutural, são ditadas regras, maneiras de se comportar diante da linguagem. Esse tipo de concepção não abarca todos os sentidos que a língua precisa atender; no entanto, talvez por tradição mesmo, os professores de língua portuguesa tendem a voltar o ensino somente para essa perspectiva. Ainda podemos apontar para mais um exemplo da explícita demonstração de prescritivismo e ranço dos estudos normativos, quando em seu prefácio, o citado Almeida (1992:07) diz

O professor deve ser guia seguro, muito senhor da língua; se outra for a orientação de ensino, vamos cair na “língua brasileira”, refúgio nefasto e confissão nojenta de ignorância do idioma pátrio, recurso vergonhoso de homens de cultura falsa e de falso patriotismo.

Esse trecho explicita a visão de língua que a gramática normativa quer atingir, não se preocupando com a funcionalidade, com a interação em que se produz a língua, com os atos de fala e a dinamicidade que a linguagem apresenta. Nesse sentido podemos afirmar ainda que, quando o professor de língua materna ensina alguns conteúdos como próclise, mesóclise e ênclise, realiza um movimento de prescrição, ditando regras e definições pautadas numa estrutura que não abarca o funcionamento da língua portuguesa em sua totalidade, pois define apenas determinados elementos como “corretos”, desconsiderando, por exemplo, que esses fenômenos lingüísticos citados ocorrem na linguagem coloquial (ou no Português do Brasil). Muitas vezes nem mesmo no meio acadêmico verificamos o uso desses mecanismos, já que não são próprios da nossa língua. A gramática normativa não considera que o Brasil sofreu uma miscigenação de raças e, conseqüentemente, de língua como idioma pátrio. Verificam pessoas falando e se comunicando sem utilizar elementos provenientes da nossa pátria.

Normalmente a maioria dos professores tendem a priorizar o ensino de uma ou de outra concepção, anulando assim as outras. Alguns optam por ensinar gramática normativa, fazendo prescrições, utilizando materiais de autores que trazem resquícios de filologia como Almeida, que trabalha conceitos que não traduzem a funcionalidade da língua. Ou ainda pior, autores como Terra (1994), André (1982), que, além de realizarem um movimento normativo, também resumem de forma bastante simplista os conteúdos trabalhados por Almeida.

Ainda prevalece o exercício de descrição da língua, esmiuçando-se estruturas e funções de elementos sem ao menos fazer com que o aluno reflita a respeito do que está estudando; dessa maneira, os exercícios de metalinguagem pouco proporcionam reflexão ao aluno.

Muito se tem falado sobre não ensinar gramática, já que, em decorrência de uma tradição, outros radicalmente buscaram fórmulas para não se trabalharem conteúdos julgados defasados. Esse movimento visa a abarcar o estudo do texto, desconsiderando totalmente o estudo das normas gramaticais.

É necessário conhecer todas essas concepções para ensinar linguagem, pois o professor necessita abranger todos esses conhecimentos a fim de poder ensinar um comportamento lingüístico ao aluno, de maneira que ele possa ascender social e profissionalmente. A forma como o indivíduo apresenta-se lingüisticamente revela seu arsenal de leitura de trato com a língua, com situações formais. Escrever sem se expressar bem, de acordo com as regras que são ditadas pela variedade padrão, já que esta é a única variedade verdadeiramente aceita pela sociedade, pode gerar desconfortos; a repetição de estruturas “perfeitamente

construídas”, a memorização de conceitos, sem ao menos entender a função desses mecanismos lingüísticos, sem saber utilizá-los quando se faz uso da linguagem. É importante considerar a inutilidade de se atentar para algumas estruturas e saber o uso na funcionalidade. O professor deve ensinar as prescrições que são saudáveis, de forma que o aluno tenha possibilidade de perceber como se comportam os grupos sociais. Os conceitos a serem trabalhados devem ser dosados de maneira correta, nem exageradamente de mais, nem de menos.

Nossa experiência em sala de aula pode demonstrar o quanto é difícil trabalhar apenas com uma ou outra concepção. É difícil apontar uma fórmula, mas foi possível perceber, durante nossa atividade de estágio, que os fenômenos lingüísticos ocorrentes na variedade coloquial devem ser considerados assim como os fenômenos de norma padrão.

REFERÊNCIAS

- TRAVAGLIA, Luiz C. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. São Paulo: Cortez, 2000.
- GERALDI, João W. **O texto na sala de aula – Leitura & Produção**. Cascavel: Assoeste, 1985.
- ALMEIDA, Napoleão M. **Gramática Metódica da Língua Portuguesa**. São Paulo: Saraiva 1992.
- BUSSE, W., VILELA, M. **Gramática de Valências: esboço de apresentação e aplicação ao português**. Coimbra: Almedina, 1986.
- ANDRÉ, Hildebrando A. de. **Gramática Ilustrada**. São Paulo: Moderna, 1982.
- TERRA, Ernani. **Curso Prático de Gramática**. São Paulo: Scipione, 1994.

NOTAS

- ¹ Acadêmica do 4º do Curso de Letras – Português/Inglês na Unioeste – Campus de Cascavel.
- ² Doutora docente na Unioeste – Campus de Cascavel.